



**EDITAL SIMPLIFICADO DE SELEÇÃO DE PESSOAL – Nº 002/2019 DO DISTRITO
SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA ALTO RIO PURUS**

**PROCESSO SELETIVO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE NO ÂMBITO DA SAÚDE
INDÍGENA.**

EDITAL DE RETIFICAÇÃO

A **Missão Evangélica Caiuá**, entidade sem fins lucrativos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o número 03.747.268/0001-80, com sede na Rodovia Dourados-Itaporã, Km 02, Dourados/MS, faz divulgar, para conhecimento dos interessados, Retificação do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019. Com a atualização das Referências Bibliográfica para a prova objetiva no Anexo IV do edital acima mencionado.

ANEXO IV

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS PARA PROVA OBJETIVA

REFERÊNCIAS DE CONHECIMENTOS GERAIS PARA TODOS OS CARGOS

ALVES, R. L. V.; ARAUJO, I. C. B.; IWATA, A. M.; MEDEIROS, R. G.; NOGUEIRA, C. V. Assistência Farmacêutica no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS).

BARBATO, M.A.F.V.; SERENIKI, A. A doença de Alzheimer: aspectos fisiopatológicos e farmacológicos. Revista de Psiquiatria RS. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rprs/v30n1s0/v30n1a02s0.pdf>

BARBOSA, L.S.; BARROSO, M.G.T. Reflexão Sobre o Cuidado Como Essência da Liderança em Enfermagem. Escola Anna Nery de Enfermagem. V 13. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ean/v13n1/v13n1a25>

BARROS, S.; FAUSTINO, N. R.R. O Modo de Cuidar da Pessoa com Transtorno Mental no Cotidiano: Representações das Famílias. Revista Mineira de Enfermagem. V13. 04.Out/Dez 2009.



BRASIL, Ministério da Saúde. A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras drogas. 2ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2004b.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº 2759 de 25 de outubro de 2007: Estabelece as diretrizes gerais para a Política de Atenção Integral à Saúde Mental das Populações Indígenas. Brasília, DF, 2007.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº 3088 de 23 de dezembro de 2011: Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Portal sobre aids, doenças sexualmente transmissíveis e hepatites virais.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. 2. ed. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. LEI Nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999. Altera a Lei no 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Saúde Manual Técnico para o Diagnóstico das Hepatites Virais. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2015/58551/manual_tecnico_hv_pdf_75405.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Assistência farmacêutica na atenção básica: instruções técnicas para sua organização. Brasília: Ministério da Saúde, 2002a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica. Atenção ao Pré-Natal de Baixo Risco, – Brasília – DF 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica. Saúde da Criança: Crescimento e Desenvolvimento, Ed. 01 – Brasília – DF 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_crescimento_desenvolvimento_p_df.

Brasil. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica. Saúde da Criança: Aleitamento Materno e Alimentação Complementar. Ed. 2ª, Brasília – DF 2015. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_aleitamento_materno_cab23.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Comissão Intergestores Tripartite. Resolução da Comissão Intergestores Tripartite nº 1 de 17 de janeiro de 2012. Estabelece as diretrizes nacionais da



Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). DOU de 18/01/2012, p. 37. 2012a.

CIRURGIÃO DENTISTA

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Diretrizes para a atenção à saúde bucal nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas: manual técnico/ Fundação Nacional de Saúde. – Brasília: Funasa. 2007. Pag. 14 a 16.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Nacional de Saúde Bucal. Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal- Brasília- 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica.

Cadernos de Atenção Básica – Saúde Bucal nº 17 – Brasília – DF -2004. Pag. 31 a 35.

Ministério da Saúde – Portal da Saúde – www.saude.gov.br; Entenda o SUS; Serviços do SUS; Ações e Programas; etc.

SESAI – Ministério da Saúde – www.saude.gov.br/sesai;

Odontologia Minimamente Invasiva - Jornal da APCD – Julho 2011 – nº 651, pág. 8 e 9.

Revista Brasileira de Odontologia. Vol.70, nº 1 – Rio de Janeiro Jan./Jun. 2013 – Tratamento Restaurador Atraumático.

CÓDIGO DE ÉTICA ODONTOLÓGICA. Aprovado pela Resolução CFO-118/2012. Disponível em http://cfo.org.br/wp-content/uploads/2009/09/codigo_etica.pdf

Guia de Fluoretos 2009 – Ministério da Saúde. Disponível em <https://www.google.com.br/webhp?sour>

Lei 8.080/90 – Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Série E. Legislação em Saúde. Pag. 21 a 26.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica – MS. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011.



Lei 8.142/90. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências

Lei 9.836/99. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Departamento de Sistemas e Redes Assistenciais. Protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas: medicamentos excepcionais. Brasília: Ministério da Saúde, 2002b. http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_medicamentos.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Medicamentos. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

ENFERMAGEM E TÉCNICO EM ENFERMAGEM:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_procedimentos_vacinacao.pdf.

BRASIL. PORTARIA GM N. 1.498, De 19 de julho de 2013. Redefine o Calendário Nacional de Vacinação, o Calendário Nacional de Vacinação dos Povos Indígenas e as Campanhas Nacionais de Vacinação, no âmbito do Programa Nacional de Imunizações (PNI), em todo o território nacional.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica Saúde Mental. Brasília DF. 2013. Cadernos de Atenção Básica, n. 34. Disponível em http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_34.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN. Brasília – DF, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Dez passos para uma alimentação saudável: guia alimentar para crianças menores de dois anos: um guia para o profissional da saúde na atenção básica. Brasília – DF, 2ª edição, 2010.



BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Manual AIDPI criança / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas, Organização Pan-Americana de Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST/AIDS. Diretrizes para controle da sífilis congênita: manual de bolso / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de DST/AIDS. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 72 p. il. – (Série Manuais24). Disponível em: <http://www.saude.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Recomendações para o manejo da infecção TB-HIV em serviços de atenção especializada a pessoas vivendo com HIV/AIDS Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/recomendacoes_manejo_co infeccao_tb_hiv.pdf.

BRASIL. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Portal sobre aids, doenças sexualmente transmissíveis e hepatites virais Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pagina/testagem-para-hiv>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Prevenção da Transmissão Vertical de HIV, Sífilis e Hepatites Virais, 2015. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/tags/publicacoes/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Estratégia Global Aprimorada para Redução Adicional da Carga da Hanseníase (2011-2015). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategia_global_aprimorada_reducao_hanseniasse.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia para o Controle da Hanseníase. Brasília, 2002. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_de_hanseniasse.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Série E. Legislação em Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Manual de vigilância do óbito infantil e fetal e do Comitê de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MS nº 1.459, de 24 de junho de 2011. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html.



Lei 8.142/90. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem. Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde. Brasília: MS; 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da Família: Uma Estratégia para a Reorientação do Modelo Assistencial. Brasília. Ministério da Saúde, 1997. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd09_16.pdf

CARDOSO, E.A.; OLIVEIRA, L.C.; REIS, D.O. Políticas Públicas de Saúde: Sistema Único de Saúde. Disponível em: http://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/2/unidades_conteudos/unidade04/unidade04.pdf

BRASIL. Portaria 3.088 de Dezembro de 2011, Publicada no Diário Oficial da União de 31.12.2011. Rede de Atenção Psicossocial, Disponível em <http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/RAPS.pdf>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização. Brasília, 2004. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_2004.pdf

Lei 9.836/99. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Lei 7.498/86. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências.

Decreto 9.4406/87. Regula a Lei 7.498/86 e dispõe sobre o exercício da enfermagem, e dá outras providências.

Resolução 453/12. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Saúde.

Portaria 755/12. Dispõe sobre a organização do controle social no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

Portaria 533/12. Estabelece o elenco de medicamentos e insumos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).



ENGENHEIRO CIVIL:

Lei 5.194/66. Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências.

J.C. SÜSSEKIND, Curso de Análise Estrutural – Vol. 1: Estruturas Isostáticas, Editora Globo, Porto Alegre, 1977;

BOTELHO, M. H. C.; C.; Marchetti. Concreto Armado – Eu te amo. V1. São Paulo: Edgar Blucher, 2010;

AZEREDO, H. A. O Edifício até sua cobertura. 2 Ed, Editora Blucher, São Paulo, 1997;

MATTOS, A. D. Como preparar orçamentos de obras: dicas para orçamentistas, estudo de caso e exemplos. São Paulo: Editora Pini, 2006;

FALCÃO BAUER, L. A. Materiais de Construção. Ed. Livros Técnicos e Científicos Ltda., 5. Ed., V. 1 e 2, 1997, 951 p.;

BRAJA, M. das. Fundamentos de engenharia geotécnica. São Paulo: Thomson Learning, 2007. 559 p.;

ABNT NBR 6118: Projetos de Estruturas de Concreto- Procedimento, Rio de Janeiro, 2014;

ABNT NBR 8800: Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios, Rio de Janeiro, 2008;

ABNT NBR 8160: Sistemas Prediais de. Esgoto Sanitário – Projeto e execução, Rio de Janeiro, 1999;

ABNT NBR 5626: Instalação Predial de Água Fria, Rio de Janeiro, 1998;

ABNT NBR 10844: Instalações Prediais de Águas Pluviais, Rio de Janeiro, 1989;

ABNT NBR 5410: Instalações Elétricas de Baixa Tensão, Rio de Janeiro, 2004;

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;

ABNT, NBR 15526:2009 – Redes de distribuição interna para gases combustíveis em instalações residenciais e comerciais – Projeto e Execução;



- ABNT, NBR 5410:2004 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão, versão corrigida 2008;
- ABNT, NBR 5419:2005 – Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas;
- ABNT, NBR 5626 - Instalações Prediais de Agua Fria, 1998;
- ABNT, NBR 6689:1981 – Requisitos gerais para condutos de instalações elétricas prediais;
- ABNT, NBR 7198:1993 – Projeto e execução de instalações prediais de agua quente;
- ABNT, NBR 7229:1993 – Projeto, construção e operação de tanques sépticos, versão corrigida 1997;
- ABNT, NBR 8160:1999 – Sistemas prediais de esgoto sanitário – Projeto e execução;
- ABNT, NBR NM 60898:2004 – Disjuntores para proteção de sobre correntes para instalações domesticas e similares (IEC 60898:1995);
- CREDER, Helio. - Instalações Elétricas, 15ª edição, Rio de Janeiro, LTC, 2007;
- CREDER, Helio. - Instalações Hidráulicas e Sanitárias, 6ª edição, Rio de Janeiro, LTC;
- JUNIOR, Roberto de Carvalho., Instalações Elétricas e o Projeto de Arquitetura, 1ª edição, Editora Edgard Blucher;
- JUNIOR, Roberto de Carvalho., Instalações Hidráulicas e o Projeto de Arquitetura, 2ª edição, Editora Edgard Blucher;
- MOREIRA, Vinicius de Araujo. Iluminação Elétrica, 1ª edição, Editora Edgard Blucher;
- NEGRISOLI, Manoel Eduardo Miranda. - Instalações Elétricas: Projetos Prediais, 3ª edição, Editora Edgard Blucher;
- NETTO, Jose M. de Azevedo., Manual de Hidráulica, 8ª edição, Editora Edgard Blucher, 1998;
- NISKIER, Júlio. Manual de Instalações Elétricas, 1ª edição, LTC PINI;
- Execução e Manutenção de Sistemas Hidráulicos Prediais, 1ª edição, São Paulo, Editora PINI;
- RIBEIRO, G. A. JR., BOTELHO, M. H. C. - Instalações Hidráulicas Prediais usando Tubos de PVC e PPR, 2ª edição, Editora Edgard Blucher;



- ALVES, J. D.. Materiais de Construção. Goiás, UFG, 1999;
- BAUER, L. F.. Materiais de Construção. Rio de Janeiro, LTC Ed; v1 e2, 1992;
- CTE, SEBRAE & SINDUSCON. Qualidade na aquisição de materiais e execução de obras. São Paulo, PINI, 1995;
- FIORITO, A.. Manual de argamassas e revestimentos. São Paulo, PINI, 1995.
- GUEDES, M.. Caderno de Encargos. São Paulo, PINI, 1994;
- GUIMARÃES, J. E.. Cal – Fundamentos e aplicações. São Paulo, PINI, 1997;
- HELENE, P.. Corrosão em armaduras de concreto armado. São Paulo, PINI, 1989;
- HELENE, P.. Manual de dosagem e controle de concreto. São Paulo, PINI, 1993;
- MEHTA, P. K.; MONTEIRO, P. J. M. Concreto: estrutura, propriedades e materiais. São Paulo, Pini, 1994;
- NEVILLE, A. Propriedades do concreto. São Paulo, PINI, 1997;
- PETRUCCI, E. Materiais de Construção. Rio de Janeiro: GLOBO, 1975;
- RIPPER, E. Manual prático de materiais de construção. São Paulo, PINI, 1995;
- SILVA, M.. Materiais de Construção. São Paulo, PINI, 1991;
- ALVES, J. D., Manual de tecnologia do concreto. São Paulo: Editora Nobel;
- AZEREDO, H.A., O edifício até sua cobertura. São Paulo: Edgard Blucher Ltda;
- BARROS, A., Manual de conforto térmico. São Paulo: Editora Nobel;
- BAUER, L. A. F., Materiais de construção. Volume 1. Rio de Janeiro;
- LTC. BAUER, L. A. F., Materiais de construção. Volume 2. Rio de Janeiro: LTC;
- BORGES, R. S., WELLINGTON, L., Manual de instalações hidráulicos-sanitárias e de gás. São Paulo: Pini;
- NETTO, Jose M. de Azevedo., Manual de Hidráulica, 8ª edição, Editora Edgard Blucher, 1998;



ABNT, NBR 5626 - Instalações Prediais de Agua Fria, 1998;

ABNT, NBR 5410:2004 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão, versão corrigida 2008;

ABNT, NBR 6689:1981 – Requisitos gerais para condutos de instalações elétricas prediais;

ABNT, NBR 5419:2005 – Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas;

ABNT, NBR 13523:2008 – Central de gás liquefeito de petróleo – GLP;

ABNT, NBR 15526:2009 – Redes de distribuição interna para gases combustíveis em instalações residenciais e comerciais – Projeto e Execução;

ABNT, NBR 7198:1993 – Projeto e execução de instalações prediais de agua quente;

ABNT, NBR 7229:1993 – Projeto, construção e operação de tanques sépticos, versão corrigida 1997;

ABNT, NBR 8160:1999 – Sistemas prediais de esgoto sanitário – Projeto e execução;

TÉCNICO EM SANEAMENTO:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10004 – Resíduos sólidos – classificações. Rio de Janeiro;

ABNT, 2004. BARROS, Raphael T. de V. et all. Saneamento – Manual de Saneamento e Proteção Ambiental para os Municípios. Vol. II. Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, 1995;

BRASIL. FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. Manual de Saneamento. 3ª ed. Rev. Brasília: FUNASA, 2004;

BRILHANTE, O.M. (coord.). A. (ed.). Saneamento, Saúde e Ambiente: Fundamentos para um Desenvolvimento Sustentável. Barueri, SP: Manole, 2005. Portal Meio Ambiente MG. Disponível em: www.meioambiente.mg.gov.br;

FURSTENAU, Eugênio Erny. Segurança do Trabalho. Rio de Janeiro: ABPA, 1985;

GONÇALVES, Edwar Abreu. Manual de segurança e saúde no Trabalho. São Paulo;

LTR, 2000. 4. OLIVEIRA, Sebastião Geraldo. Proteção Jurídica a Segurança e Saúde no Trabalho. São Paulo: LTR, 2002;



- COUTO, Hudson de Araujo. Ergonomia aplicada ao trabalho: manual técnico da máquina humana. Belo Horizonte: ERGO Editora, 1995. Vol. 1 e 2;
- SALOMÃO, A.S.; OLIVEIRA, R. Manual de Análise físico-químicas de águas de abastecimento e residuárias. Campina Grande: Ed. o autor, 2001;
- ADAD, Jesus Miguel Tajra Adad. Controle químico de qualidade. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1982;
- AMABIS; MARTHO. Biologia moderna. Volume único. Editora moderna, 2008;
- NEVES, D.P. Parasitologia Humana. Editora Atheneu, 2005;
- TORTORA, G.J. et al. Microbiologia. Editora Artmed, 2006;
- MENDONÇA, R. Como cuidar do seu meio ambiente. Editora Bei, 2002;
- VÓVIO, C.L. (coordenador). C. Ecologia e cidadania. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2005.
- BARROS, R.T.V. et al. Manual de saneamento e proteção ambiental para pequenos municípios. Volume 2. Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG;
- BRAGA, BENEDITO. et al. Introdução à engenharia ambiental. São Paulo: Prentice Hall, 2002;
- BRANCO, S. M. Hidrobiologia aplicada à engenharia sanitária. São Paulo: CETESB, 1986;
- DIRCEU D'ALKMIN TELLES & REGINA H. PACCA COSTA. Reuso de água-conceitos, teorias e práticas. 1ª edição. Edgard Blucher;
- FERNANDES, Carlos. Esgotos Sanitários. Ed. Univ./UFPB, João Pessoa, 1997, 435p. Reimpressão Jan/2000;
- FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE (FUNASA). Manual prático de análise de água. 1.ed. Brasília: FUNASA, 2004;
- FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE (FUNASA). Manual de saneamento. 3.ed. Brasília: FUNASA, 2004;
- HELLER, L. Saneamento e Saúde. Brasília: OPAS/OMS, 1997;



JORDÃO, E. P.; PESSOA, C. A. Tratamento de esgotos domésticos. 4. ed. Rio de Janeiro: ABES, 2005. Curso Técnico de Nível Médio em Saneamento, na forma Subsequente, modalidade presencial IFRN, 2011.

JORDÃO, E.P; VOLSCHAN, E. Tratamento de Esgotos Sanitários em Empreendimentos Habitacionais da CAIXA. Brasília: Caixa, 2009;

NUVOLARI, ARIIVALDO. Esgoto Sanitário: Coleta, transporte, tratamento e reuso agrícola. 2003. 1ª Ed. São Paulo. Editora Edgard Blücher;

MOTA, SUETÔNIO. Introdução à Engenharia Ambiental. 2000;

ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, Brasil;

VON SPERLING, M. Princípios do tratamento biológico de águas residuárias. Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos. 2.ed. Belo Horizonte: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental; Universidade Federal de Minas Gerais, 1996, v.1;

BARROS, R. T. de V. et al. Manual de Saneamento e Proteção Ambiental para Municípios. Vol. 2. Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, 1995;

D'ALMEIDA, M. L.; VILHENA, A. (Coord.). Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado. 2 ed. São Paulo: IPT/CEMPRE, 2000;

FONSECA, E. Iniciação ao Estudo dos Resíduos Sólidos e da Limpeza Pública. 2a ed. JRC Gráfica e Editora, 2001;

LIMA, LUIZ MÁRIO QUEIROZ. Tratamento de lixo. [S.L.]: Hemus Editora Ltda., 1986;

MANSUR, GILSON LEITE; MONTEIRO, JOSÉ HENRIQUE PENIDO. O que é preciso saber sobre a limpeza urbana. Rio de Janeiro: IBAM/CPU, 1993;

MONTEIRO, José Henrique Penido. et al. Manual – Gerenciamento integral de Resíduos Sólidos. Rio de Janeiro: IBAM, 2001;

TELES, Luiz Antônio Souza. Lixo, como cuidar dele. Salvador: SRHSH, 1994;

PEREIRA NETO, JOÃO TINOCO. Manual de Compostagem. Belo Horizonte: UNICEF, 1996;

Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS);

PORTARIA Nº 2.914, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011;



RESOLUÇÃO - RDC Nº 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018;

HELLER, L. Saneamento e Saúde. Brasília: OPAS/OMS, 1997;

JORDÃO, E.P e PESSOA, C.A. Tratamento de esgoto doméstico. 3ed.. Rio de Janeiro: ABES, 1995;

JORDÃO, E.P; VOLSCHAN, E. Tratamento de Esgotos Sanitários em Empreendimentos Habitacionais da CAIXA. Brasília:Caixa, 2009;

Nuvolari, Ariovaldo. Esgoto Sanitário: Coleta, transporte, tratamento e reuso agrícola. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2003;

VIANA, Guarany Marques. Sistemas públicos de abastecimento de água. João Pessoa, 2001.

TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES:

BIBLIOGRAFIA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS

ABNT NBR 12721 - Avaliação dos custos unitários e preparo de orçamento da construção para incorporação de edifícios em condomínio;

ABNT NBR 12722 - Discriminação dos serviços técnicos para construção de edifícios:

CIMINO, R. Planejamento para construir, Editora Pini, 1987;

GIAMUSSO, S. Orçamento e Custos da Construção Civil, Editora Pini, 1988;

INSTITUTO DE ENGENHARIA. Critérios para fixação dos preços dos serviços de engenharia. Editora Pini, 1993;

Lei 8.666 de 21/06/1993 - Licitações e contratos administrativos. Pini, TCPO - Tabelas de Composição de preços unitários. Editora Pini, 2003;

Revista Mercado. Editora Pini. STANGER, L. Pert-CPM. Técnica de Planejamento e Controle. Ao Livro Técnico, 1967;

ABNT, NBR 5626 - Instalações Prediais de Agua Fria, 1998;

ABNT, NBR 6689:1981 – Requisitos gerais para condutos de instalações elétricas prediais;



ABNT, NBR 7198:1993 – Projeto e execução de instalações prediais de água quente;

ABNT, NBR 7229:1993 – Projeto, construção e operação de tanques sépticos, versão corrigida 1997;

ABNT, NBR 8160:1999 – Sistemas prediais de esgoto sanitário – Projeto e execução;

ABNT, NBR NM 60898:2004 – Disjuntores para proteção de sobrecorrentes para instalações domésticas e similares (IEC 60898:1995);

CREDER, Helio. - Instalações Elétricas, 15ª edição, Rio de Janeiro, LTC, 2007;

CREDER, Helio. - Instalações Hidráulicas e Sanitárias, 6ª edição, Rio de Janeiro, LTC;

JUNIOR, Roberto de Carvalho., Instalações Elétricas e o Projeto de Arquitetura, 1ª edição, Editora Edgard Blucher;

ALVES, J. D.. Materiais de Construção. Goiás, UFG, 1999;

BAUER, L. F.. Materiais de Construção. Rio de Janeiro, LTC Ed, v1 e2, 1992;

CTE, SEBRAE & SINDUSCON. Qualidade na aquisição de materiais e execução de obras. São Paulo, PINI, 1995;

FIORITO, A..Manual de argamassas e revestimentos. São Paulo, PINI, 1995;

GUEDES, M.. Caderno de Encargos. São Paulo, PINI, 1994;

GUIMARÃES, J. E.. Cal – Fundamentos e aplicações. São Paulo, PINI, 1997. FRENCH, T.E.;

VIERCK, C.J. Desenho Técnico e Tecnologia Gráfica. 6 ed. São Paulo: Editora Globo, 1999;

MONTENEGRO, G.A. Desenho Arquitetônico. São Paulo: Edgard Blücher Ltda., 1978;

MONTENEGRO, G.A. A Perspectiva dos Profissionais. São Paulo: Ed. Edgard Blücher, 1981;

NEIZEL, E. Desenho Técnico para a Construção Civil. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária Ltda., 1974;



Missão Evangélica Caiuá



PRÍNCIPE JR.; REIS, A. dos. Noções de Geometria Descritiva. V.1 37 ed. São Paulo: Ed. Nobel, 1998;

BORGES, Alberto de Campos. Topografia aplicada a engenharia civil 1, São Paulo: Editora Edgard Blucher Ltda, 1977;

DAVIS, Raymond e outros. Tratado de topografia, 3ª edição, 1ª reimpressão, Madrid: Coleccion Ciencia y Tecnica, 1972.

Rio Branco, 05 de Maio de 2019
Comissão de Seleção do DSEI Alto Rio Purus